

RESULTADOS DO IDEB DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA COM EQUIDADE EM FORTALEZA-CE¹

*IDEB RESULTS FOR THE FINAL YEARS OF ELEMENTARY EDUCATION:
REFLECTIONS FOR PUBLIC EDUCATION WITH EQUITY IN FORTALEZA-CE*

**Benedito Marciano Gomes², Jose Olimpio Ferreira Neto³, Lucimara da Costa de Vargas⁴,
Mary Sandra Rebouças Alves⁵, Selma Bessa Sales⁶ e Greice Scremin⁷**

RESUMO

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, implementou avaliações externas em larga escala para compreender e enfrentar os desafios da educação no Brasil. Para ampliar a qualidade do ensino, surgiu o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, trazendo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, um indicador que mede a qualidade da educação em escolas. O objetivo do presente trabalho foi analisar os resultados do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, entre os anos de 2021 e 2023, da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza - CE, tendo em vista uma educação pública com equidade. A pesquisa teve a seguinte questão problematizadora: O que os resultados do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental (entre 2021 e 2023), da Rede Municipal de Educação de Fortaleza - CE, revelam sobre a efetivação de uma educação pública com equidade? Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza qualitativa, de abordagem documental, com análise de conteúdo para a interpretação descritivo-analítica dos dados, a partir de Bardin (2016). O referencial teórico foi composto por autores como Borges *et al.* (2021), Lélis e Hora (2019), Gomes, (2019), Santos *et al.* (2022), Schneider (2013) e Teixeira (1989). Entre os resultados, é possível apontar que os dados do SAEB/IDEB evidenciam a necessidade de ações direcionadas, no intuito de garantir uma educação pública de qualidade, com equidade. Nesse sentido, o DCRFor está alinhado para o desenvolvimento de habilidades e competências não centradas em conteúdos, colaborando para que em Fortaleza isso também ocorra.

Palavras-chave: Ensino Fundamental; Avaliação Externa; Equidade; Educação Pública; Análise de Conteúdo.

1 Trabalho de Doutorado.

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. E-mail: benedito.marciano@educacao.fortaleza.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-1585-4420>

3 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. E-mail: j.olimpio@ufn.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7258-467X>

4 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. E-mail: lucimaravargas12@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-5447-6145>

5 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. E-mail: mary.sandra@educacao.fortaleza.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9714-437X>

6 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. E-mail: bessa.praticasinovadoras@educacao.fortaleza.ce.gov.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5277-5607>

7 Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática da Universidade Franciscana. E-mail: greicescremin@prof.ufn.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5686-9392>

ABSTRACT

The National Basic Education Assessment System (SAEB) implemented large-scale external assessments to understand and address the challenges of education in Brazil. To improve the quality of education, the Education Development Plan (PDE) was created, introducing the Basic Education Development Index (IDEB), an indicator that measures the quality of education in schools. The objective of this study was to analyze the IDEB results for the final years of Elementary School, between 2021 and 2023, from the Municipal Department of Education of Fortaleza - CE, with the aim of achieving public education with equity. The research had the following problematizing question: What do the IDEB results for the final years of Elementary School (between 2021 and 2023), from the Municipal Education Network of Fortaleza - CE, reveal about the implementation of public education with equity? For this, a qualitative research was developed, with a documentary approach, with content analysis for data descriptive-analytical interpretation, based on Bardin (2016). The theoretical framework was composed by authors such as Borges et al. (2021), Lélis and Hora (2019), Gomes, (2019), Santos et al. (2022), Schneider (2013) and Teixeira (1989). Among the results, it is possible to point out that the SAEB/IDEB data highlight the need for targeted actions, in order to guarantee a quality public education, with equity. In this way, DCRFor is aligned to the development of skills and competencies not centered on content, collaborating so that in Fortaleza this also becomes a reality.

Keywords: Elementary Education; External Evaluation; Equity; Public Education; Content Analysis.

1 INTRODUÇÃO

As aspirações modernas que concebem a ideia de escola universal para todos tem gênese na Convenção Revolucionária Francesa, que se opunha ao modelo anterior, no qual a sociedade formava as pessoas em matrizes estáveis de classes, ou até mesmo castas, que traziam consigo forças modeladoras por meio da família e da religião, dando continuidade a um legado, por meio de especializações. O ideal de uma educação escolar para todos os cidadãos não tinha o objetivo de universalizar esse modelo de escola, mas, sim, conceber uma outra sociedade, cujo privilégios de classe, de dinheiro e de herança não existissem. Nesse contexto, as pessoas deveriam encontrar na escola, o seu próprio lugar na vida social. A escola universal permitiria, de forma democrática e independente da família, da classe ou da religião, o desenvolvimento e formação comum dos cidadãos, para que posteriormente buscassem uma especialização para os diferentes quadros de ocupações, em uma sociedade moderna e democrática (Teixeira, 1989).

As mudanças e garantias previstas em ordenamentos jurídicos dos países demorou a acontecer. Os países do mundo reúnem esforços por meio de acordos, declarações, tratados e convenções, documentos internacionais, que orientam os signatários a desenvolverem políticas públicas na seara educacional para garantir uma educação pública de qualidade para todas as pessoas, promovendo o acesso e permanência aos distintos grupos sociais.

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO é uma agência especializada das Nações Unidas. A agência lidera e coordena a Agenda da Educação 2030, parte de um movimento global para erradicar a pobreza até 2030, por meio de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS. Entre eles, o ODS 4 - Educação de Qualidade visa “assegurar a

educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. A educação é entendida como uma estratégia essencial para atingir todos os ODS (UNESCO, 2017).

Apesar de décadas de progresso, com o estabelecimento de documentos internacionais, além de mudanças em estruturas jurídicas das nações, com o estabelecimento de políticas públicas educacionais, 251 milhões de crianças e jovens ainda estão fora da escola. Conforme o Relatório de Monitoramento Global da Educação 2024 da UNESCO, em quase dez anos, a população mundial fora da escola foi reduzida em apenas 1%. O relatório aponta como uma das principais causas, o subinvestimento em educação, especialmente em países de renda baixa e média baixa (UNESCO, 2024).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, no Capítulo II - Dos Direitos Sociais, prevê a Educação entre esses direitos, conforme o Art. 6º. Ainda no mesmo capítulo, indica, no Art.7º, IV, que os trabalhadores têm direito a um salário mínimo que atenda suas necessidades básicas e de sua família, entre elas, a educação, garantindo dignidade aos filhos e às filhas da classe trabalhadora. A Educação, ao lado da Cultura e do Desporto tem um capítulo, cuja Seção I - Da Educação traz, no Art. 205, a Educação como um direito de todas as pessoas e como um dever do Estado e da família. É preciso destacar, ainda, que o Art. 206, que trata dos princípios, indica no inciso I que é preciso haver “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (Brasil, 1988).

Entendemos com Teixeira (1989), que educação não é um privilégio, ao contrário, é preciso acabar com os privilégios e pensar numa escola comum para todas as pessoas. Uma escola com ensino e educação que garantam a paz, o desenvolvimento humano e a dignidade das pessoas, na esteira da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, que anuncia, em seu preâmbulo, o ensino e a educação, como meio pelo qual esses direitos são efetivados (Nações Unidas Brasil, 1948).

Nesse cenário, as avaliações externas entram como um instrumento para monitorar se esses direitos atinentes à educação e ao ensino estão sendo efetivados. Assim, o Poder Público implementou diversas iniciativas, incluindo as avaliações externas em larga escala. No Brasil, desde a década de 1990, com a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica - SAEB, essas avaliações têm se consolidado como importantes ferramentas para compreender e enfrentar os desafios da educação no país (Brasil, 2020).

Para reforçar a qualidade do ensino para crianças, jovens e adultos, surge, desde 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. Uma de suas principais iniciativas foi a criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, concebido como um indicador que mede a qualidade da educação em escolas, municípios e estados, além de permitir a identificação das redes de ensino que enfrentam maiores dificuldades (Brasil, 2020).

Objetivando avanços na educação municipal de Fortaleza foi elaborado o Documento Curricular Referencial de Fortaleza - DCRFor entre os anos de 2019 e 2021, em um processo colaborativo promovido pela Secretaria Municipal da Educação de Fortaleza - SME Fortaleza. O DCRFor tem

como escopo assegurar uma educação de qualidade, equitativa e inovadora, refletindo as necessidades da comunidade escolar de Fortaleza.

Diante dessas colocações iniciais, foi pensada a seguinte questão problematizadora: O que os resultados do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental (entre 2021 e 2023), da Rede Municipal de Educação de Fortaleza - CE, revelam sobre a efetivação de uma educação pública com equidade? A problemática apresentada revela o seguinte objetivo: Analisar os resultados do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, entre os anos de 2021 e 2023, da Rede Municipal de Educação de Fortaleza - CE, tendo em vista uma educação pública com equidade.

Esse trabalho encontra justificativa pessoal nas pessoas signatárias da pesquisa, pois são imersas no campo da educação, com pelo menos 10 anos de atuação. Nesse universo, os autores deste trabalho vivenciam *in loco*, por meio de dados empíricos, as desigualdades e os obstáculos para uma Escola Pública de qualidade e equitativa. Além disso, quatro dos cinco autores são integrantes do quadro de professores da Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza. A justificativa política e acadêmica encontra guarida na efetivação de direitos atinentes ao campo da Educação e do Ensino, pois, por meio da pesquisa, é possível gerar fontes para análise, reflexão e discussão com vistas a melhoria do ensino público. Aderido às justificativas apresentadas, é possível apontar ainda a questão social, que a discussão sobre a equidade possibilita ao promover a reflexão sobre estratégias de acesso à educação aos diversos segmentos sociais brasileiros, sobretudo aqueles que são minorizados por marcadores sociais.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi desenvolvido sob um viés qualitativo com abordagem documental, contando ainda com uma fase exploratória em busca de fundamentação teórica para discutir os dados a partir de uma interpretação descritivo-analítica. Segundo Chizzotti (2001), uma pesquisa qualitativa parte do princípio de que há uma relação entre o sujeito e o mundo real, um vínculo entre a subjetividade do sujeito e o mundo objetivo.

A pesquisa exploratória, conforme Gil (2002), é uma fase preliminar que busca aproximar o pesquisador do campo de estudo, para fundamentar e aprimorar as hipóteses, validar instrumentos e direcionar o estudo. A fase exploratória consistiu em proporcionar maior familiaridade com o problema, para pensar nos caminhos mais adequados para a interpretação descritivo-analítica dos dados secundários, a partir de bases oficiais. As leituras em busca de compreender as questões aderentes não foram realizadas de maneira rígida, ao contrário, articulando autores clássicos e contemporâneos, no fito de enriquecer a argumentação desenvolvida na reflexão proposta. Desta forma, a leitura de artigos, cuja fonte de busca foi a internet, apresentou-se como um *locus* flexível e de fácil acesso. Nesta fase, foram selecionados alguns autores, para a discussão dos resultados, e presentes no referencial teórico, pois tratam, em seus escritos, de questões pertinentes à presente reflexão.

Por sua vez, a abordagem documental adotada parte da análise de conteúdo qualitativo como técnica de interpretação dos dados, conforme os preceitos metodológicos estabelecidos por Laurence Bardin (2016). A presente pesquisa buscou descrever e analisar criticamente os resultados do IDEB, a fim de compreender suas implicações na qualidade do ensino e nas políticas educacionais locais. Desta forma, foi realizada uma análise documental, com interpretação descritivo-analítica, a partir de bases de dados oficiais.

A pesquisa teve como principal fonte de dados a plataforma QEDu - um ambiente digital que disponibiliza, de forma pública e acessível, indicadores educacionais do Brasil, entre eles os resultados do IDEB. O objeto de análise foi o conjunto de dados do SAEB/IDEB da Rede Municipal de Ensino de Fortaleza, Ensino Fundamental, em específico os Anos Finais, no período de 2021 a 2023. Foram considerados os dados referentes ao Rendimento Escolar: Aprovação, Reprovação e Abandono, desse período.

O processo de análise foi estruturado em três etapas, conforme proposto por Bardin: (1) pré-análise, que consistiu na leitura flutuante e na organização dos dados extraídos do QEDu; (2) exploração do material, em que os dados foram categorizados em unidades temáticas - tais como desempenho em Língua Portuguesa e Matemática, taxa de aprovação, evolução histórica e cumprimento de metas; e (3) tratamento dos resultados e interpretação, etapa em que os achados foram analisados à luz do referencial teórico e das políticas públicas educacionais, permitindo a construção de inferências acerca dos avanços, estagnações e/ou desafios identificados nos resultados do IDEB (BARDIN, 2016).

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Borges *et al.* (2021), Lélis e Hora (2019), Gomes, (2019), Santos *et al.* (2022), Schneider (2013) e Teixeira (1989) foram selecionados como base teórica para a discussão dos resultados apresentados, pois tratam, em suas produções, de assuntos pertinentes ao que ora se discute.

A avaliação do SAEB é apresentada como uma ferramenta capaz de colaborar com a criação de políticas educacionais que promovam justiça social e ampliem os horizontes democráticos e de cidadania. Propõe-se que o SAEB seja ajustado para se alinhar ao direito universal à educação, fortalecendo a qualidade educacional e garantindo acesso equitativo ao aprendizado. Embora os índices educacionais sejam alarmantes, há otimismo sobre a capacidade do SAEB, aliado a outras iniciativas, de contribuir para a melhoria desses índices no médio prazo, formando cidadãos mais preparados. Contudo, o uso dos resultados para criar rankings públicos das escolas é bastante criticado, pois reforça comparações injustas, muitas vezes desconsiderando as condições socioeconômicas. A responsabilização pelos resultados, sem considerar fatores externos ao ambiente escolar, gera pressão desnecessária sobre os envolvidos, desviando o foco de uma análise mais ampla (Gomes, 2019).

A avaliação do SAEB é considerada um instrumento útil para o diagnóstico e acompanhamento dos processos educativos, permitindo que as escolas e professores tenham uma visão sobre o

desempenho dos alunos. Entretanto, dado que a escolha da matriz de referência e a organização das questões são determinadas pelo MEC/INEP, isso acaba limitando a autonomia dos professores e a adaptação das avaliações às realidades locais. A ênfase em resultados pode levar a uma abordagem reducionista do ensino, priorizando conhecimentos que são considerados relevantes para os exames, em detrimento de uma educação mais crítica e abrangente. A política educacional que prioriza avaliações em larga escala pode reforçar a exclusão e a seletividade no sistema educacional, favorecendo um currículo que atende mais aos interesses do mercado do que às necessidades formativas dos alunos (Schneider, 2013).

A interpretação dos resultados do IDEB e do Boletim do SAEB, conforme apresentado por Santos *et al.* (2022), é uma estratégia eficaz para aprimorar a compreensão sobre a qualidade do ensino nas escolas. Esses indicadores fornecem informações essenciais para identificar áreas que necessitam de melhorias, permitindo o desenvolvimento de ações pedagógicas direcionadas. A análise dos resultados mais recentes do IDEB, quando comparada aos anteriores, revela uma evolução tanto no desempenho quanto na taxa de rendimento, sugerindo que, ao longo do tempo, as escolas podem alcançar avanços significativos em seus processos de ensino-aprendizagem. Além disso, o IDEB foi criado como um índice para medir a qualidade do ensino nas escolas brasileiras, funcionando como uma ferramenta para gestores e professores refletirem sobre a educação oferecida, ao invés de ser apenas um dado amplamente divulgado pela mídia sem uma análise interpretativa adequada, como destaca Santos *et al.* (2022).

A análise dos resultados apresentados por Santos *et al.* (2022) sugere que a interpretação dos dados do IDEB e do SAEB deve ser uma prioridade nas reuniões pedagógicas das escolas. Essa prática permite que as habilidades dos alunos, associadas aos diferentes níveis de desempenho, sejam confrontadas com a proposta pedagógica da instituição. Ao refletir sobre os resultados das avaliações e revisar as práticas pedagógicas, as escolas podem ajustar suas atividades de ensino para atender melhor às necessidades dos alunos, promovendo uma educação de qualidade alinhada aos princípios estabelecidos pela Constituição Brasileira.

A reflexão sobre esses resultados também revela a interseção entre as políticas educacionais, os contextos socioeconômicos e as práticas de ensino, destacando os desafios e contradições que permeiam a garantia de uma educação básica de qualidade. A Declaração Mundial de Educação para Todos, conforme discutido por Borges *et al.* (2021), coloca a educação como central na superação de desigualdades, evidenciando que seu acesso universal é indispensável para o progresso social e econômico, especialmente em nações vulneráveis. Contudo, a implementação de políticas públicas que assegurem tal direito enfrenta limitações no contexto da lógica capitalista e das dinâmicas neoliberais, dificultando a autonomia dos sistemas educacionais.

Nesse cenário, os financiamentos internacionais, embora frequentemente apresentados como soluções, devem ser analisados criticamente. Borges *et al.* (2021) alertam para o discurso humanista

que mascara relações de poder e controle, especialmente em países como o Brasil, onde as necessidades educacionais são profundas, mas os desafios estruturais limitam os avanços propostos por tais iniciativas. Essa tensão entre cooperação internacional e autonomia nacional reflete-se nas políticas públicas educacionais, as quais devem ser vistas como permanentes e voltadas para a continuidade.

A crescente adoção da cultura de resultados, que prioriza a medição de desempenho e a comparação de instituições educacionais, tem gerado um impacto profundo no funcionamento das escolas em diversas partes do Brasil. A lógica orientada por índices de desempenho está se consolidando nacionalmente, trazendo consequências significativas para a prática pedagógica. Como aponta Lélis e Hora (2019), essa abordagem tem se refletido em um modelo de ensino em que os esforços estão voltados para alcançar metas específicas, muitas vezes em detrimento de uma reflexão mais ampla sobre o processo educacional. O controle exercido pelas autoridades superiores sobre os currículos, exigindo a adesão a conteúdos alinhados a esses índices, é outro fator que tem afetado a liberdade pedagógica dos professores, tornando difícil a incorporação de novas abordagens que visem a melhoria da qualidade social da educação.

A Educação, como afirma Teixeira (1989), não pode ser constituída de atividades escolares, nas quais, os alunos frequentam a escola para assistir aulas, ouvindo o professor, algumas vezes tomando nota, e ter o conhecimento verificado apenas por exames, por meio de provas escritas e orais, nos quais a capacidade de memorizar é testada. Na mesma esteira, Lélis e Hora (2019) criticam o modelo de avaliação, que prioriza dados quantitativos, destaca a falha em promover uma reflexão significativa sobre os resultados e em utilizar os dados como ferramenta para uma aprendizagem mais transformadora. Ao reduzir o ensino a um mero treinamento para exames, sem considerar a construção de novos saberes, esse modelo compromete uma educação socialmente relevante e crítica, fundamental para o desenvolvimento pleno e equitativo dos alunos.

Nesse sentido, o DCRFor estabelece como princípio fundamental a compreensão de que equidade não se traduz em oferecer os mesmos recursos a todos os estudantes, mas sim em assegurar que cada indivíduo tenha acesso ao que for necessário para a efetivação do seu direito à aprendizagem. Essa abordagem implica no reconhecimento das múltiplas dimensões da diversidade - social, cultural, econômica e cognitiva - que permeiam o ambiente escolar. Diante disso, torna-se responsabilidade do corpo docente desenvolver práticas pedagógicas intencionais que respeitem, acolham e valorizem essas diferenças (Fortaleza, 2024).

O currículo, proposto pelo DCRFor, reconhece e valoriza as identidades locais, os saberes das comunidades e a diversidade cultural brasileira, incluindo as culturas indígenas, quilombolas e afro-brasileiras. A proposta curricular deve estar em consonância com os territórios escolares, conectando os conteúdos à realidade vivida pelos estudantes e, assim, fortalecendo os laços entre escola e comunidade. Essa conexão é apontada como estratégica para a promoção de uma educação democrática, inclusiva e comprometida com a justiça social. A garantia do direito à aprendizagem e à

formação integral do estudante figura como um dos princípios centrais do DCRFor. Tal princípio reafirma que todos os estudantes têm o direito de aprender, e que a escola deve ser o espaço onde esse direito se concretiza, contribuindo para a formação de sujeitos críticos, autônomos e participativos, capazes de atuar de maneira reflexiva e ética na sociedade (Fortaleza, 2024).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na presente seção, serão apresentados os resultados e discussões relacionados aos dados colhidos na plataforma do QEdú⁸. Para facilitar a organização são apresentadas duas subseções: sobre o IDEB/SAEB e discutindo dados do IDEB/SAEB e seus resultados.

4.1 SOBRE O IDEB/SAEB

O SAEB, criado na década de 1990, aplica avaliações no intuito de gerar dados para a implementação de políticas públicas educacionais, promovendo uma educação mais equitativa e de qualidade para todas as pessoas. As avaliações externas são os instrumentos direcionados ao monitoramento da Educação Básica (Brasil, 2020). No âmbito da educação básica a avaliação tem como objetivo, segundo o art. 2º da Portaria nº 267, de 21 de junho de 2023:

- I - Produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e unidades da Federação e, quando possível, para os municípios e as instituições escolares, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas;
- II - Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais;
- III - Subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil;
- IV - Desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa (Brasil, 2023).

O SAEB é um sistema que permite ao INEP produzir indicadores que subsidiam a formulação de políticas públicas e o monitoramento da qualidade da educação básica. Ao longo de seu desenvolvimento, o sistema passou por diversas reformulações, refletindo as mudanças nas demandas educacionais e sociais do país. A aplicação da avaliação SAEB é feita pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep, em parceria com o Distrito Federal, Estados e Municípios. É preciso destacar ainda que, em 2019, o SAEB foi reestruturado para alinhar-se à Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Então, foi iniciada a transição para novas matrizes de referência, ajustadas às diretrizes da BNCC.

O IDEB, nos anos 2000, dentro do PDE, entrou como um indicador que mede a qualidade da educação das escolas, sejam municipais ou estaduais, identificando as dificuldades (Brasil, 2020).

⁸ Esses dados estão disponíveis em: <https://qedu.org.br/municipio/2304400-fortaleza>. São dados gerados na própria plataforma.

Conforme descrito pelo INEP (2023), a avaliação do SAEB entende que a qualidade da educação básica é influenciada por múltiplos fatores e visa fornecer informações sobre sete aspectos principais dessa qualidade: Atendimento escolar; Ensino e aprendizagem; Investimento; Profissionais da educação; Gestão; Equidade; Cidadania, Direitos Humanos e valores. Para realizar uma análise abrangente dessas dimensões, o SAEB aplica questionários direcionados a alunos, professores, diretores escolares e gestores municipais, além de conduzir testes nas áreas de língua portuguesa, matemática, ciências naturais e ciências humanas, esse processo avaliativo ocorre em intervalos bienais.

Os testes do SAEB são elaborados a partir das matrizes de referência, que funcionam como diretrizes para a criação dos itens avaliativos. Essas matrizes, elaboradas pelo Inep, são organizadas com base nas competências e habilidades que se espera que os alunos tenham desenvolvido durante o período de sua educação básica. Além disso, as matrizes são construídas em conformidade com a legislação educacional brasileira, sendo o resultado de discussões entre professores, pesquisadores e especialistas, que buscam um consenso sobre as competências e habilidades essenciais para cada etapa da educação básica (Inep, 2020).

O IDEB é uma ferramenta essencial para monitorar e avaliar a qualidade da educação básica no Brasil. Ao combinar indicadores de desempenho e fluxo escolar, o índice permite identificar áreas que necessitam de melhorias e orientar políticas públicas educacionais. Além disso, o IDEB estabelece metas bienais para escolas, redes de ensino e unidades federativas, incentivando o aprimoramento contínuo do sistema educacional. A média de proficiência é expressa em uma escala de 0 a 10, enquanto a taxa de aprovação varia de 0 a 1, representando a proporção de alunos aprovados. Por exemplo, se uma escola apresenta uma média de proficiência de 6,0 e uma taxa de aprovação de 0,85 (85%), o IDEB será: $IDEB=6,0 \times 0,85=5,1$.

4.2 DISCUTINDO DADOS DO IDEB/SAEB E SEUS RESULTADOS

A presente subseção foi dividida em partes, são elas: Desempenho Educacional no SAEB: Desafios e Disparidades no Aprendizado de Português e Matemática; Português: Estabilidade relativa, mas longe do ideal; Matemática: Crise no aprendizado e urgência por intervenções; Disparidade entre disciplinas: Um abismo de 27 pontos percentuais; O monitoramento de indicadores educacionais; e, por fim, Distorção Idade-série.

4.2.1 Desempenho Educacional no SAEB: Desafios e Disparidades no Aprendizado de Português e Matemática

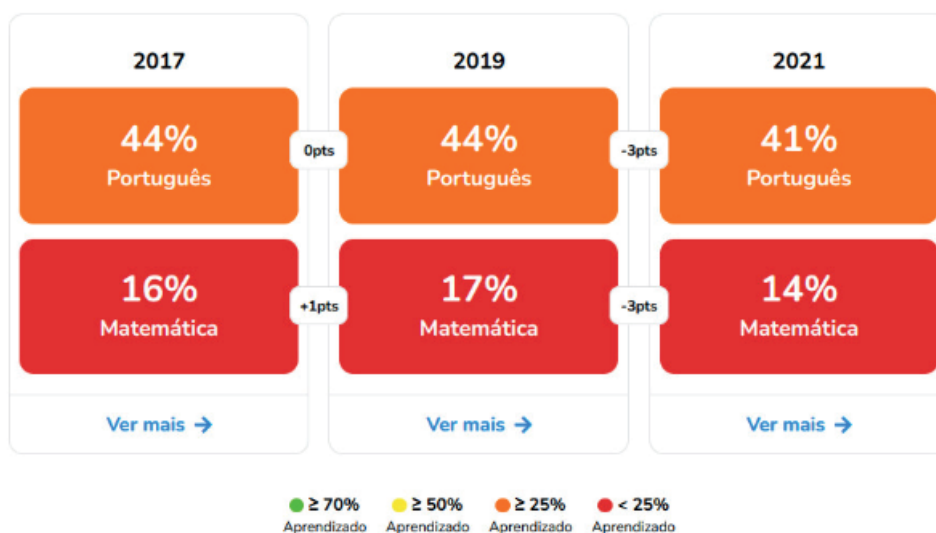
Os resultados do SAEB, divulgados pelo INEP, revelam cenários preocupantes e desiguais no aprendizado de estudantes em nível municipal. Entre 2017 e 2021, os dados mostram estagnação

em Português, crise em Matemática e uma disparidade persistente entre as duas disciplinas, além de possíveis impactos da pandemia de COVID-19 no desempenho educacional.

A figura 1, como denuncia o título, apresenta o Percentual de estudantes do 9º Ano em Português e Matemática com nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa. Os dados foram extraídos do QEDU, referentes ao SAEB/INEP, do município de Fortaleza, no período de 2017 a 2021.

Lélis & Hora (2019) destacam que a ênfase excessiva em resultados mensuráveis tem contribuído para uma visão limitada da educação, onde o foco se dá principalmente nos aspectos cognitivos relacionados à leitura e ao cálculo matemático. O DCRFor está comprometido com o desenvolvimento de habilidades e competências (Fortaleza, 2024). É preciso conceber objetivos de aprendizagem que direcionem os alunos nesse sentido.

Figura 1 - Percentual de estudantes do 9º Ano em Português e Matemática com nível de aprendizado considerado suficiente para a etapa.



Fonte: QEDu

Um modelo de ensino voltado para a preparação para avaliações padronizadas, limita a autonomia dos educadores, ao restringir suas práticas pedagógicas a treinamentos mecanizados que não consideram as especificidades do contexto local ou as necessidades mais amplas de formação.

4.2.2 Português: Estabilidade relativa, mas longe do ideal

É possível observar, ainda com base na Figura 1, que em Português, o percentual de alunos com aprendizado adequado, ou seja, com níveis Proficiente ou Avançado, manteve-se em 44% em 2017 e 2019, mas registrou uma queda para 41% em 2021. A estabilidade inicial sugere que políticas educacionais mantiveram o desempenho, porém sem avanços significativos. A redução em 2021, ainda que leve, pode estar associada a desafios externos, como a pandemia, que afetou a rotina escolar

e ampliou desigualdades. Apesar disso, a disciplina apresenta resultados melhores que Matemática, embora distante da meta de 70% estabelecida pelo Todos Pela Educação.

4.2.3 Matemática: Crise no aprendizado e urgência por intervenções

Continuando a análise da Figura 1, é notório que os resultados em Matemática são alarmantes: apenas 16% dos estudantes atingiram níveis adequados em 2017, com ligeira melhora para 17% em 2019 e queda acentuada para 14% em 2021. Esses percentuais, todos abaixo de 25%, enquadram-se na faixa de “insucesso” segundo as metas de referência. A queda em 2021 reforça a necessidade de políticas públicas urgentes, como formação docente, revisão de metodologias de ensino e recomposição de aprendizagens pós-pandemia.

4.2.4 Disparidade entre disciplinas: Um abismo de 27 pontos percentuais

Conforme foi destacado na análise da Figura 1, a diferença entre Português e Matemática chega a aproximadamente 27 pontos percentuais em 2021, destacando uma assimetria histórica no sistema educacional. Enquanto Português, aproxima-se da faixa amarela ($\geq 50\%$), Matemática permanece na laranja ($\geq 25\%$), indicando que os desafios são ainda maiores para este componente. Essa disparidade exige análises específicas sobre currículos, carga horária e engajamento dos alunos. A meta de 70% de aprendizado adequado ainda está distante, mas a priorização de políticas baseadas em evidências pode reverter esse quadro. Os municípios devem utilizar esses resultados para planejar intervenções locais, garantindo que todos os estudantes tenham oportunidades equitativas de aprendizagem, fazendo valer as reflexões de Teixeira (1989) sobre a educação não ser um privilégio, mas um direito de todas as pessoas.

4.2.5 O monitoramento de indicadores educacionais

O monitoramento de indicadores educacionais como aprovação, reprovação e abandono escolar é fundamental para avaliar o desempenho dos sistemas de ensino e orientar políticas públicas voltadas à garantia do direito à educação. No contexto da educação básica, esses dados assumem ainda maior relevância nos Anos Finais do Ensino Fundamental, etapa marcada por desafios relacionados à permanência, ao engajamento dos estudantes e à consolidação de aprendizagens.

A Figura 2 apresenta os indicadores de rendimento escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental da rede municipal de Fortaleza, no ano de 2023. Os dados revelam percentuais de aprovação superiores a 98% em todos os anos escolares, com variações discretas nos índices de reprovação e abandono.

Figura 2 - Rendimento escolar por ano - Fortaleza, Ensino Fundamental II (2023).



Fonte: QEDu

A análise dos dados evidencia um desempenho geral bastante positivo, sobretudo pela baixa incidência de reprovação e abandono. O 7º ano apresentou o maior índice de reprovação (1,0%), o que pode indicar desafios pontuais no processo de ensino-aprendizagem ou na transição de etapas curriculares. Já o 8º ano apresentou o maior índice de abandono (0,4%), o que requer atenção da gestão escolar quanto à permanência e ao acompanhamento individualizado dos estudantes.

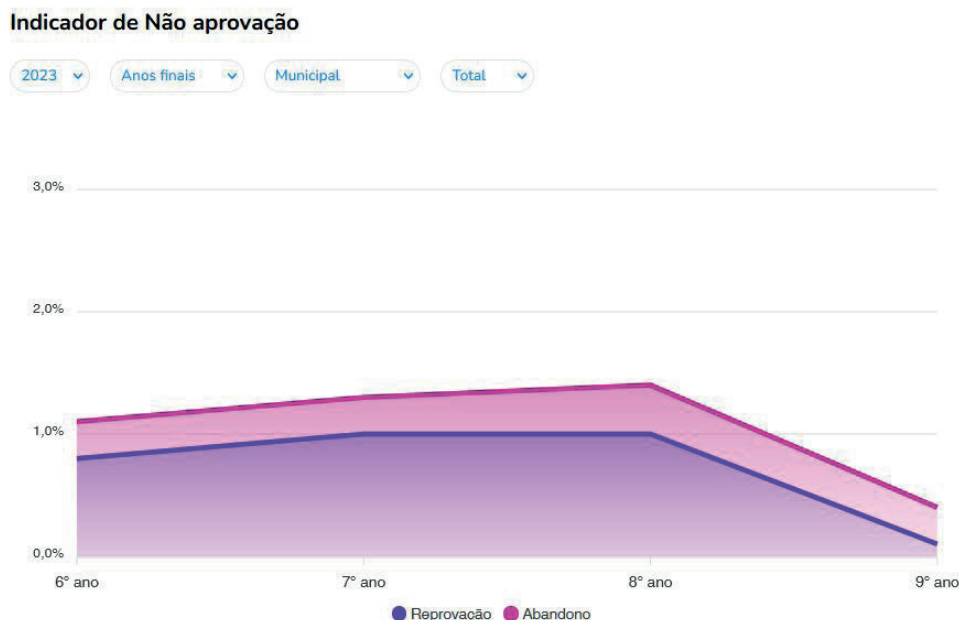
Os altos percentuais de aprovação, especialmente no 9º ano (99,6%), podem refletir não apenas estratégias de recuperação paralela e reforço escolar, mas também políticas de acompanhamento contínuo da aprendizagem. A desagregação desses dados por variáveis como raça, gênero e condição socioeconômica - ainda ausente nesta análise - é essencial para identificar desigualdades ocultas, sobretudo em contextos urbanos marcados por vulnerabilidades sociais.

Os dados de rendimento escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental em Fortaleza, no ano de 2023, apontam para a consolidação de um fluxo escolar regular, com altas taxas de aprovação e baixos índices de reprovação e abandono. Tais resultados evidenciam o esforço da rede municipal em promover a permanência e o sucesso dos estudantes, por meio de ações pedagógicas e de gestão alinhadas ao contexto local. Entretanto, as variações entre os anos escolares - com o maior abandono no 8º ano e a maior reprovação no 7º - sinalizam a importância de um olhar mais atento sobre as especificidades de cada etapa, considerando intervenções direcionadas e sensíveis às realidades das escolas.

A Figura 3 apresenta um gráfico com Indicador de não aprovação das Escolas Públicas administradas pelo Município de Fortaleza no ano de 2023. Na imagem, é possível perceber, de forma

imagética, o que foi comentado acima. É perceptível a queda, no último ano do Ensino Fundamental II, do índice de não aprovação.

Figura 3 - Indicador de não aprovação do Município de Fortaleza, 2023.



Fonte: QEDu

Seguindo na esteira de Borges *et al.* (2021), vale refletir se esse índice baixo de não aprovação está relacionado com políticas que propõem mudanças na forma de avaliação e ensino. Para isso, além da reflexão, seria necessário um aprofundamento nas propostas e programas da SME Fortaleza.

É preciso reafirmar com Teixeira (1989), que uma educação conservadora e tradicional baseada em repasse de conhecimento, com monopólio da fala para o professor não se adequa mais ao modelo de escola que promove práticas pedagógicas contemporâneas comprometidas com uma Educação para equidade com o compromisso da emancipação dos sujeitos.

Como já é sabido, o cálculo do IDEB é feito com base no aprendizado dos alunos, considerando a soma das notas de língua portuguesa e matemática dividido por dois e multiplicado pela taxa de aprovação, este cálculo resulta na nota do IDEB.

Figura 4 - IDEB do Município de Fortaleza 2023**Composição do Ideb**

O Ideb é calculado como a média dos resultados padronizados do Saeb de português e matemática multiplicados pela taxa de aprovação do Censo Escolar.



Fonte: Saeb/Ideb, INEP - 2023

Fonte: QEdU

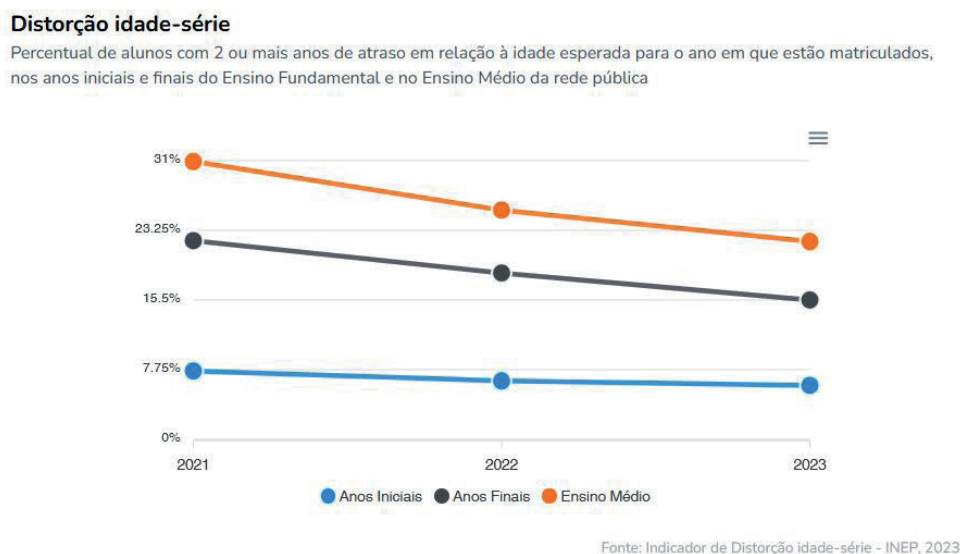
É possível observar na Figura 4, o IDEB dos Anos Iniciais e dos Anos Finais do Ensino Fundamental, das escolas da SME Fortaleza, para presente análise, tomaremos apenas os dados que tangem os Anos Finais, destacando que a aprovação continua alta.

O Município de Fortaleza tem se destacado por implementar ações de acompanhamento pedagógico e de gestão escolar baseadas em evidências. Entre essas ações, o Sabadão da Equidade, com aulas de reforço de Português e Matemática, para alunos do 9º Ano, ação que ainda se inicia e que precisa passar por tratamento de dados. Por fim, recomenda-se o aprofundamento da análise com a incorporação de variáveis socioeconômicas e demográficas, a fim de orientar políticas públicas com foco na equidade e na superação das desigualdades educacionais.

4.2.6 Distorção Idade-série

A distorção série/idade é o percentual de alunos com dois ou mais anos de atraso em relação à idade esperada para o ano que está cursando.

Figura 5 - Dados de Distorção série/idade.



Fonte: QEdU

Na Figura 5, é possível verificar os dados dos Anos Iniciais e Anos Finais do Ensino Fundamental II, além do Ensino Médio. Houve uma queda significativa nessa distorção, mas ainda é preciso que caia mais, pois estar na escola na idade certa, proporciona a ampliação das oportunidades. Conforme foi observado, os dados do SAEB evidenciam a necessidade de ações direcionadas. A seguir, são indicadas algumas delas, a saber:

- 1) Recuperação de aprendizagens, especialmente em Matemática, com investimento em reforço escolar e tecnologias educacionais;
- 2) Formação continuada de professores, com foco em práticas pedagógicas eficazes;
- 3) Monitoramento de impactos pós-pandemia, para amenizar perdas e reduzir desigualdades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso reiterar com Teixeira (1989), que a “Educação não é um privilégio”, ela é, conforme o ordenamento jurídico brasileiro e documentos internacionais, um direito de todas as pessoas. Nesse sentido, o SAEB/IDEB pode colaborar para que o ODS 4 seja uma realidade. Essa educação de qualidade também precisa ter equidade. O DCRFor está alinhado para o desenvolvimento de habilidades e competências não centrada em conteúdos, mas na emancipação de sujeitos para que tenham autonomia na aquisição e operação de conhecimentos que possam ser usados para os desafios das transformações sociais.

A utilização da análise de conteúdo possibilitou uma interpretação sistemática e crítica dos dados, indo além da descrição estatística, ao buscar compreender os significados subjacentes às variações dos indicadores e seus impactos na realidade escolar.

Por fim, é possível considerar que os resultados do IDEB dos anos finais do Ensino Fundamental, entre os anos de 2021 e 2023, da Rede Municipal de Educação de Fortaleza mostram-se positivos. No entanto, é preciso desenvolver ações mais incisivas, tais como: recuperação de aprendizagens, especialmente em Matemática, com investimento em reforço escolar e tecnologias educacionais; formação continuada de professores, com foco em práticas pedagógicas eficazes; monitoramento de impactos pós-pandemia, para amenizar perdas e reduzir desigualdades. É possível refletir ainda sobre os programas da SME Fortaleza, que possibilitam o avanço nos resultados, deixando oportunidade para a continuidade do trabalho de pesquisa e análise de dados para discutir sobre outras questões.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. MEC. INEP. **SAEB - Histórico**. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em: 30 abr. 2025

BRASIL. MEC. INEP. **SAEB - Diretrizes da edição de 2023**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/saeb/diretrizes_da_edicao/2023.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portaria nº 267, de 21 de junho de 2023**. Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB no ano de 2023. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2023. Seção 1, p. 81. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=26/06/2023&jornal=515&pagina=81>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Nota Técnica nº 1: Concepção do IDEB**. Brasília: INEP, 2007. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/o_que_e_o_ideb/Nota_Tecnica_n1_concepcaoIDEB.pdf. Acesso em: 4 maio 2025.

BORGES, A. p. n. R.; ALMEIDA, S. p. n. de C. e; SANTANA, K. C. L. Avaliação Educacional: o SAEB, seus pressupostos, finalidades e repercussões. **SciELO Preprints**, 2021. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.2938. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2938>. Acesso em: 30 abr. 2025.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

FORTALEZA. Secretaria Municipal da Educação. **Documento Curricular Referencial de Fortaleza (DCRFor)**. Fortaleza: SME, 2024. Disponível em: <https://dcrfor.sme.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 4 maio 2025.

GIL, A. C. **Como elaborar um projetos de pesquisa**. São Paulo, Atlas, 2002.

NASCIMENTO, Celina Henriqueta Matos de Heredia; SILVA, Jilmara Abadia da; LIMEIRA, Luciana Cordeiro; LUSTOZA, Robson Montegomeri Ribeiro. (orgs). **Documento Curricular Referencial de Fortaleza: incluir, educar e transformar (DCRFor, v. 1)**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2024. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/1hTHC74mVkJcPHnoMemPuTSPr__5WMkFh. Acesso em: 30 abr. 2025.

QEDU. **Plataforma de dados educacionais do Brasil**. Disponível em: <https://qedu.org.br>. Acesso em: 4 maio 2025.

GOMES, M. M.. SAEB: definição, características e perspectivas. **Revista Educação Pública**, v. 19, n. 6, p. 26, 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/6/saeb-definicao-caracteristicas-e-perspectivas>. Acesso em: 26 abr. 2025.

LELIS, Luziane Said Cometti; HORA, Dinair Leal da. Avaliação Externa: conceitos, significados e tensões. **Rev. Exitus**, Santarém , v. 9, n. 4, p. 549-575, out. 2019 . Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-94602019000400549&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 abr. 2025. Epub 15-Maio-2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: https://brasil.un.org/sites/default/files/2025-03/ONU_DireitosHumanos_DUDH_UNICRio_20250310.pdf. Acesso em: 30 abr. 2025.

SANTOS, A. C. p. ; NUNES, S. M. L.; FERREIRA, A. A. O IDEB e o SAEB: uma análise e interpretação dos seus resultados. **Pesquisa e Debate em Educação**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 1-19, e34598, 2022. DOI: 10.34019/2237-9444.2022.v12.34598. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/34598>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Políticas de avaliação em larga escala e a construção de um currículo nacional para a educação básica. **EccoS - Revista Científica**, [S. l.], n. 30, p. 17-34, 2013. DOI: 10.5585/eccos.n30.3537. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/3537>. Acesso em: 26 abr. 2025.

TEIXEIRA, Anísio. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 70, n. 166, 1989. p. 435-462. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/fran/artigos/educacao8.html>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2024/5: Leadership in education - Lead for learning.** Paris, UNESCO, 2024. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf00000391406>. Acesso em: 30 abr. 2025.

UNESCO. **Education for Sustainable Development Goals: learning objectives.** Paris, UNESCO, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000247444>. Acesso em: 30 abr. 2025.